

Da corrupção política à midiaticização do escândalo: a construção jornalística no início do “Caso Queiroz”¹

From political corruption to the mediatization of the scandal: the journalistic construction at the beginning of “Caso Queiroz”

De la corrupción política a la mediatización del escándalo: la construcción periodística al inicio de “Caso Queiroz”

Lucas Arantes ZANETTI²
Caroline Kraus LUVIZOTTO³
Milena Carolina de ALMEIDA⁴

Resumo

O artigo parte das teorias da midiaticização, da corrupção política e do escândalo político midiático e investiga a fase inicial da cobertura do “Caso Queiroz” com o objetivo de

¹ Este artigo relaciona-se a uma pesquisa mais ampla intitulada “A deliberação na esfera pública midiaticizada: o papel do jornalismo em ambientes de conversação informais”, desenvolvida no Brasil e em Portugal com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que buscou compreender como os sujeitos se apropriam dos discursos jornalísticos sobre a corrupção política em diferentes contextos nas conversações cotidianas. As notícias analisadas foram utilizadas como elemento em um debate presencial realizado em 2019, que obteve resultados significativos publicados em Luvizotto e Zanetti, (2019) e Zanetti, Silva e Almeida, (2020). Consideramos que as notícias utilizadas para a pesquisa ora mencionada careciam de uma análise específica e com aporte teórico-conceitual capaz de compreendê-las em sua complexidade. É a partir desta necessidade que desenvolveram-se as articulações do presente artigo.

² Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (processo 2021/00378-0) . Membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov) E-mail: lucas.zanetti@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2019-8061>

³ Socióloga, doutora em Ciências Sociais. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Líder do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov. E-mail: caroline.luvizotto@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2132-4616>

⁴ Jornalista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov). E-mail: milena.almeida@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0395-7142>



compreender a construção deste escândalo em reportagens jornalísticas feitas por veículos de amplitude nacional sobre o caso. A metodologia utilizada é a Análise de Enquadramento (media frame) em cinco veículos jornalísticos distintos. Como resultado, tivemos elementos para compreender mecanismos de construção social do escândalo político a partir das notícias, critérios jornalísticos utilizados, além de caracterizar as estratégias dos veículos para transformação dos casos de corrupção em escândalo político.

Palavras-chave: Mídia; Jornalismo; Escândalo Político; Corrupção Política.

Abstract

The article starts from the theories of mediatization, political corruption and the media political scandal and investigates the initial phase of coverage of the “Caso Queiroz” with the objective of understanding the construction of this scandal in journalistic reports made by national vehicles about the case. . The methodology used is the Framing Analysis (media frame) in five different journalistic vehicles. As a result, we had elements to understand mechanisms of social construction of the political scandal from the news, journalistic criteria used, in addition to characterizing the strategies of the vehicles to transform cases of corruption into political scandal.

Keywords: Mediatization; Journalism; Political scandal; Political corruption.

Resumen

El artículo parte de las teorías de la mediatización, la corrupción política y el escándalo político mediático e indaga en la fase inicial de la cobertura del “Caso Queiroz” con el objetivo de comprender la construcción de este escándalo en los reportajes periodísticos realizados por vehículos nacionales sobre el caso. . . La metodología utilizada es el Framing Analysis (encuadre mediático) en cinco vehículos periodísticos diferentes. Como resultado, tuvimos elementos para comprender mecanismos de construcción social del escándalo político a partir de las noticias, criterios periodísticos utilizados, además de caracterizar las estrategias de los vehículos para transformar casos de corrupción en escándalo político.

Palabras clave: Mediatización; Periodismo; Escándalo político; Corrupción política.

Introdução

A midiatização da sociedade vem assumindo proporções cada vez mais amplas e colocando em evidência a inserção de diferentes fatores sobre o exercício das empresas midiáticas, em especial as que atuam com jornalismo. Segundo Fausto Neto (2007), neste contexto midiatizado, os fatos transcendem a produção jornalística e



desencadeiam-se em estratégias de diferentes campos sociais que têm interesse em agir sobre a produção de sentido.

Neste processo, fatos e acontecimentos assumem nova roupagem em um campo de construção narrativa e disputa por sentidos que alteram a lógica da “coisa em si” para se manifestarem a partir de uma lógica midiática, na qual o discurso sobre o fato passa a ser mais relevante do que o próprio acontecimento. Segundo Stromback (2008), em sociedades altamente midiaticizadas, o discurso midiático passa a operar acima de qualquer realidade objetiva, orientando ações e decisões e norteando o próprio ato de governar. Uma distinção é importante: não se trata, nesta teoria, do uso político dos meios de comunicação, como se os agentes políticos tivessem controle sobre os meios. Trata-se do uso midiaticizado da política, em que esta própria se molda discursivamente à produção de sentido pela lógica midiática.

A corrupção política faz parte de um fenômeno caracterizado pelo corrompimento das instituições e organizações em benefício privado. São práticas ilícitas que desviam, mediante abuso de poder, o caráter das instituições públicas e que, além de prejuízos materiais que atingem toda a sociedade (por afetar áreas necessárias ao desenvolvimento social como saúde, educação, segurança e muitas outras), corroem a credibilidade da própria democracia, o que abre margem para mais corrupção. Se por si só o fenômeno trata de um grave obstáculo às sociedades e ao bem-estar social, quando midiaticizado assume também outras proporções e desdobramentos com consequências negativas ao desenvolvimento democrático.

Os processos relativos ao escândalo político-midiático podem ser observados em todo o mundo e se intensificam à medida que as sociedades aumentam seu grau de midiaticização. Dentre os casos em que podemos verificar a mencionada inserção de diferentes fatores sobre a produção noticiosa, ganha destaque a cobertura de crimes de corrupção, conhecidos como escândalos políticos, como o notório e altamente midiaticizado “Caso Queiroz”, escândalo que envolveu a família Bolsonaro e esquemas de desvios de verba pública, que seriam geridos por Fabrício Queiroz, ex-motorista e ex-assessor do hoje senador Flávio Bolsonaro.

O presente trabalho se propôs a compreender o processo de midiaticização da corrupção política em seu estágio inicial de composição enquanto escândalo midiático pelo jornalismo a partir da análise de enquadramento de reportagens feitas por



veículos de amplitude nacional sobre o Caso Queiroz. Para isso, construímos uma base teórica que tangencia os conceitos de midiaticização, corrupção política e jornalismo e analisamos cinco conteúdos criados pelas redações dos jornais, quando o caso ainda estava em seus desdobramentos iniciais. Foram analisadas as matérias dos três maiores jornais brasileiros qualificados enquanto *quality papers*, sendo eles a *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* (JOHNSON; LEAL, 2019); e dos dois maiores veículos estrangeiros com produção e rotina própria no Brasil, sendo eles a *BBC* e o *El País* (BIDARRA, 2020). Além do reconhecimento conquistado pelos veículos frente à academia nacional, eles foram escolhidos segundo os critérios de visibilidade, relevância e credibilidade junto à esfera pública brasileira no momento de publicização do caso e sua transformação em escândalo político-midiático. Os conteúdos foram publicados ao longo do mês de fevereiro de 2019 e a análise se baseou na metodologia de Análise de Enquadramento proposta por autores como Goffman (1986), Maia (2009), Pozobon e Schaefer (2015) e Porto (2004).

Midiaticização da corrupção e escândalo político: articulações teóricas

Entre o final do século XX e o início do século XXI, o desenvolvimento e a popularização dos meios de comunicação, em especial da Internet, motivaram autores como Fausto Neto (2008) e Braga (2012) a afirmarem que vivemos em uma sociedade de meios, na qual a mídia assume certa autonomia frente aos demais setores e passa a estruturar a forma como eles atuam e se relacionam. Chamado de midiaticização, este processo implica uma virtualização das interações sociais apoiando-se em uma “faca de dois gumes”, um deles voltado à semi-independência adquirida pela mídia e o outro voltado à integração da lógica midiática nas rotinas de outras instituições (HJARVARD, 2012).

Segundo Braga (2012), com a midiaticização, a mídia deixa de ser um corpo estranho ao resto da sociedade e passa a fazer parte da aceleração e da diversificação de modos pelos quais a teia social interage com si mesma. Cabe destacar, porém, que a pluralização de meios de comunicação não exclui os interesses do capital financeiro nesta nova dinâmica; dentre os objetivos das empresas midiáticas, o lucro continua desempenhando papel central e está incluso como motivação de muitas ações.



O desenvolvimento da midiatização é um processo que acontece durante todo o século XX e que é intensificado, principalmente, pelo advento da Internet e pelas redes sociais internas à ela, que propiciam não só novos meios e plataformas para o Jornalismo, mas também a efetivação de uma comunicação “many to many”, substituindo o formato invasivo e unilateral dos meios massivos, que apostaram em um padrão comunicacional top-down (SANGIRARDI; SANGLARD, 2014).

Entre os setores a quem mais interessa a pluralização de fontes e a ampliação de público atingido, destaca-se a política. De acordo com Rubim, a midiatização desse setor representa a iniciativa dos atores sociais que integram a classe política em adequar-se ao espaço e às linguagens próprias da mídia, o que implica em importantes transformações da dinâmica política, com a absorção de novos atores; novos instrumentos operativos; novas linguagens e modos de comunicar; nova relevância para as imagens plásticas e sociais; “e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político”. (RUBIM, 2004, p.208)

É interesse da classe política estreitar a relação com o eleitorado, principalmente em democracias, regimes nos quais dependem de votos e de opinião pública favorável. Segundo Thompson (2005), nessa dinâmica midiatizada, assume protagonismo a maior visibilidade adquirida pelos políticos — e dos discursos que circulam sobre eles — a qual permite que o posicionamento frente aos eleitores de formas e escalas jamais vistas, mas que foge do controle desses agentes e pode se voltar contra eles, a partir de um maior destaque àquilo que eles gostariam de manter oculto. A midiatização de ações políticas ocorre tanto em períodos eleitorais, quanto em períodos ordinários, quando os membros do setor buscam manter contato com a sociedade a partir de ações e discursos referenciados pela mídia, principalmente quando estão envolvidos em escândalos de corrupção.

A corrupção política pode ser entendida como “um abuso de poder, em benefício próprio, de agentes políticos democraticamente eleitos durante ou após o exercício de funções públicas” (CUNHA, 2015, p. 48). Em contextos de crise econômica e política, segundo Cunha (2015), a visibilidade dada à corrupção política pela mídia causa descredibilização das instituições públicas e privadas, como empresas, áreas da justiça



e da aplicação da lei, o funcionamento político, atingindo também o próprio sistema democrático.

Nos contextos midiaticizados, a corrupção política pode ser entendida a partir da ideia de escândalo político-midiático, quando o caso de corrupção transcende a si mesmo, seus prejuízos sociais, econômicos, políticos e ambientais e passa a operar a partir de uma lógica midiática. Para Thompson (2002), os escândalos políticos têm por característica a transgressão de valores morais, a revelação de informações ocultas por meio da desaprovação de não-participantes de forma a prejudicar a reputação dos envolvidos. Também reconhece que um elemento estruturante dos escândalos políticos é a disputa pelo poder simbólico e que esse elemento se situa também no campo midiático, de forma a inferir danos à credibilidade das instituições políticas.

Quando midiaticizado, o escândalo toma proporções muito maiores do que os acontecimentos que lhes deram origem, a partir de narrativas construídas pelos jornalistas, apresentadores, comentaristas e influenciadores da mídia. Tais elementos são constituintes do próprio escândalo e partes fundamentais dos processos políticos que produzem (THOMPSON, 2002).

Em sociedades com a política midiaticizada, a lógica das mídias impregna as demais lógicas das esferas políticas, econômicas e sociais (STROMBACK, 2008). Assim, os sentidos produzidos pela mídia integram a esfera pública e interagem entre si e entre os atores sociais de forma a produzir representações diversas da realidade, dos fatos e acontecimentos, com amplo poder na construção da percepção sobre o mundo. Segundo esta perspectiva, a midiaticização é um processo de substituição da realidade objetiva por uma realidade midiaticizada. Não importa o que aconteceu, mas sim como o acontecimento foi midiaticizado, sendo comum, inclusive, que escândalos sejam criados a partir de fatos forjados e inverídicos e da espetacularização dos mesmos. Por consequência, este processo transfere as lógicas de outras esferas, como a própria política, para seus próprios mecanismos de representação e visibilidade, intervindo de forma significativa nos acontecimentos políticos nacionais a partir de disputas narrativas e de produções de sentido de interesses variados.

De acordo com Lima (2006), a lógica de mercado que impera na imprensa mundial também é fator de contribuição para o processo de midiaticização que caracteriza os chamados escândalos político-midiáticos. De modo complementar,



segundo Xavier (2014, p.133), as redações jornalísticas passam a ser caracterizadas pela “homogeneização”, “padronização da realidade”, “o compartilhamento de visões de mundo”, “a ausência do contraditório”, o que “reduziu a capacidade crítica da atividade profissional, e deu dimensão unidimensional ao relato jornalístico”. A urgência na apresentação dos fatos através de textos e imagens, em uma época na qual tudo possui caráter imediato (BAUMAN, 2001), e o consequente curto tempo de produção, em especial no jornalismo *hard news* responsável pela cobertura política, contribuem para que a chamada homogeneização se consolide e para que os acontecimentos, muitas vezes, sejam apresentados de forma inacabada, a fim de que o veículo não fique desatualizado em relação aos demais jornais da concorrência.

Nesse sentido, torna-se especialmente preocupante a constatação de que as forças que atuam na midiaticização da política contemporânea estão inseridas em um sistema econômico que reduz a capacidade crítica, o contraditório e as formas profundas de análise das diversas realidades e suas relações mais complexas. Com estes elementos suprimidos da esfera pública, o processo de midiaticização pode ser nocivo à democracia e contribui para o agravamento dos problemas sociais, políticos e econômicos do presente. O debate público, nesse contexto, fica limitado a informações, narrativas e enquadramentos produzidos de forma precária e em uma lógica comercial que dita como tais conteúdos chegarão ao público. É neste contexto que se insere o jornalismo político.

A relação entre jornalismo e política é antiga. Trabalhando diretamente com o interesse público desde o seu surgimento, em meados do século XVIII, para o jornalismo, a política possui um acumulado de valores-notícia que a fazem pauta frequente. Dentre estes valores, podemos citar a importância em nível social, a influência sobre o interesse nacional e os números de pessoas que podem ser afetadas pelas ações dos políticos (WOLF; DE FIGUEIREDO, 1987).

Em tempos de política em mídias sociais, nas quais muitos falam para muitos, o jornalismo assume o papel de atribuir filtros e checar informações; além de perseguir aquilo que a classe política não quer publicizar, o que em muitos casos refere-se a crimes de corrupção. Para apresentá-los ao público, no entanto, os jornalistas apostam em uma simplificação dos fatos e se apegam ao princípio objetividade – marcado pela influência mundial do jornalismo estadunidense – o que também os afasta de atribuir



a criticidade aos materiais que produzem. Além disso, o jornalismo não pode ser considerado fora da lógica de influência do capital financeiro, já que sua efetivação está diretamente relacionada a empresas midiáticas que precisam do lucro para sobreviver. Estes fatores integrados ao exercício jornalístico incidem sobre os conteúdos produzidos atribuindo certas perspectivas a eles.

Neste panorama, quando crimes de corrupção são midiaticizados, assim como outros episódios políticos, fatores internos de organizações jornalísticas incidem sobre eles ao longo da cobertura e moldam os formatos de apresentação das notícias ao público. Dentre os crimes ambientados no Brasil, este trabalho investiga o chamado “Caso Queiroz”.

Este escândalo político, que ainda está em investigação, veio à tona pouco após o resultado das eleições presidenciais de 2018, quando o presidente Jair Bolsonaro ainda não havia assumido a cadeira presidencial. No dia 6 de dezembro de 2018, o Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) produziu um relatório em que apontava movimentações consideradas atípicas de cerca de R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz, entre 2016 e 2017. Durante esses anos, Queiroz foi assessor de Flávio Bolsonaro, filho do presidente eleito e então deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Queiroz é ex-policia militar aposentado, ex-motorista e considerado amigo pessoal da família Bolsonaro.

As suspeitas sobre ele ocorrem no sentido de que o volume de suas movimentações bancárias seria incompatível com o salário do então assessor. Além disso, foi encontrado um cheque de Queiroz no valor de R\$ 24 mil na conta da Primeira Dama, Michelle Bolsonaro. Um dos apontamentos produzidos no relatório é que os depósitos aconteciam logo após o pagamento dos salários dos assessores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), gerando a suspeita da prática conhecida no meio político como “rachadinha” (devolução de parte dos salários dos assessores para parlamentares), o que é ilegal e caracteriza uma forma de corrupção política. Quando convocados para prestar depoimentos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, ambos faltaram às datas marcadas.



Metodologia

O presente artigo propõe-se a compreender aspectos do enquadramento jornalístico sobre os desdobramentos iniciais do fenômeno conhecido como “Caso Queiroz”, a sua midiaticização e transformação em escândalo pelos principais jornais do país em termos de visibilidade, relevância e credibilidade. Para isto, foram analisadas notícias dos veículos *BBC*, *O Globo*, *Estadão*, *El País* e *Folha de S.Paulo*, publicadas em fevereiro de 2019, apresentando episódios recentes de desdobramentos do caso - em sua fase inicial - com caráter de furo jornalístico. A análise proposta se insere no contexto de um trabalho maior, que envolve a criação de grupos deliberativos sobre casos de corrupção política e o papel dos enquadramentos jornalísticos enquanto configurador do debate público cotidiano e formador de opinião. Nesse sentido, priorizou-se um *corpus* menor em volume de notícias e uma variedade maior na quantidade de veículos, uma vez que as notícias analisadas foram oferecidas para os sujeitos no momento do debate sobre a questão, conforme pode ser visto em Zanetti e Luvizotto (2019) e Zanetti, Silva e Almeida (2020).

A metodologia utilizada foi a análise de enquadramento, ou *media frame* (GOFFMAN, 1986; MAIA, 2009; POZOBON, SCHAEFER, 2014; PORTO, 2004), com o objetivo de “analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193). Os dados coletados a partir da análise foram importantes para a definição do viés político de cada conteúdo jornalístico, as informações fornecidas, omitidas, salientadas e distorcidas e como foi realizado o início da cobertura pelos principais veículos da imprensa brasileira. Os enquadramentos foram analisados a partir das teorias da midiaticização e do escândalo político-midiático, buscando encontrar elementos da transformação do caso de corrupção em escândalo pela imprensa brasileira na fase inicial da investigação.

A opção em coletar notícias de cinco veículos justifica-se pela variedade de enquadramentos, informações, argumentos, razões e justificativas veiculadas pelos principais e mais relevantes veículos da imprensa nacional. Além disso, ressalta-se que nas sociedades midiaticizadas há uma forte concorrência entre enquadramentos e conteúdos que circulam na esfera pública, sendo necessária coleta de dados mais abrangente, para compreensão do fenômeno analisado.



Resultados e discussão

Os resultados estão divididos de acordo com o levantamento feito em cada um dos veículos. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2019, como parte de um trabalho maior envolvendo também grupos de discussão em ambientes deliberativos presenciais. Trata-se do acompanhamento do início da cobertura midiática do Caso Queiroz, que teve suas primeiras notícias veiculadas em dezembro de 2018, logo após as eleições presenciais.

Este recorte, portanto, fez-se necessário para que o debate estivesse em evidência na esfera pública no momento da elaboração do grupo de discussão, atendendo as necessidades metodológicas da investigação.

BBC

A reportagem da *BBC Brasil*, “Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”, publicada no dia 01/02/2019, tem como objetivo elucidar os desdobramentos das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro após o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontar movimentações financeiras ilícitas entre Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor, Fabrício Queiroz.

O foco da notícia é a negativa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, ao pedido da defesa de Flávio para que as investigações mudassem da instância da justiça comum para a Suprema Corte, sob alegação de foro privilegiado pelo empossamento do réu como senador da República; além da negativa de que as investigações ocorressem em segredo de justiça.

A matéria da *BBC* é factual, se atendo a falas e declarações de pessoas e instituições envolvidas no caso, ainda que se possa notar relações e saliências realizadas pelo jornalista. A reportagem se propõe a elucidar como a investigação está sendo conduzida por procuradores do Ministério Público e juizes, detalhando as instâncias de acusação, especialmente após a negativa do ministro Marco Aurélio. Antes da decisão, as investigações estavam suspensas devido à decisão do ministro Luiz Fux, vice-presidente do STF.



A notícia é construída com base nas declarações do ministro Marco Aurélio e da defesa de Flávio Bolsonaro – ao discorrer argumentos e justificativas do pedido do investigado – além da negativa do STF e das alegações do Ministério Público do Rio de Janeiro. A reportagem contrasta as declarações de todos os envolvidos na construção narrativa.

A matéria afirma que “Em meio aos levantamentos do Coaf, foram identificadas movimentações que não tinham relação com o esquema da Lava Jato, mas que indicavam possível prática da "rachadinha" – devolução de salários por parte dos funcionários de gabinetes” (BBC, 2019). No entanto, as suspeitas de irregularidades ocorreram como parte de uma das investigações da Operação. Em outro momento, a reportagem afirma que “formalmente, Flávio Bolsonaro não é investigado na operação do Ministério Público do Rio de Janeiro que apura suspeitas de pagamento de propina a deputados em troca de apoio ao governo de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro”, para justificar que se trata de um outro tipo de suspeita. Assim, a *BBC* teve o cuidado de informar quais são as reais instâncias da investigação e qual era o estado de andamento do processo.

O Ministério Público do Rio de Janeiro afirmou que nenhum parlamentar é considerado investigado na esfera criminal e que ainda não houve requisição de medida judicial nos procedimentos. Sobre Flávio, o jornal faz a seguinte afirmação: “Mas o primogênito do presidente da República, Jair Bolsonaro, não vê assim. Ele recorreu ao STF sob o argumento de ser o alvo efetivo dos investigadores estaduais, o que feriria sua prerrogativa de foro como senador – cargo para o qual foi diplomado em 18 de dezembro” (BBC, 2019). Em dois trechos, a reportagem relaciona de forma direta o não comparecimento de Flávio e Queiroz aos depoimentos marcados pelo Ministério Público com o pedido de mudança de instância sob a justificativa do foro privilegiado: “Desde que o caso veio à tona, Queiroz e Flávio Bolsonaro faltaram aos depoimentos marcados pelo Ministério Público. O parlamentar afirmava que buscava ter acesso aos autos antes de depor, mas em seguida ele pediu suspensão das investigações ao STF” (BBC, 2019); “Agora, Flávio deve ser novamente convidado a depor no Ministério Público – ele faltou no dia 10/01 sob alegação de não ter tido acesso à íntegra dos autos. Dias depois, entrou com a reclamação no Supremo” (BBC, 2019).



Por fim, a *BCC* se dedica em retomar o caso e elucidar os passos da investigação desde o princípio, ressaltando os valores “atípicos” das movimentações financeiras entre Flávio e Queiroz em contraste com os salários. A reportagem cita também um cheque de R\$ 24 mil que foi destinado a Michelle Bolsonaro, justificado pelo presidente como pagamento de empréstimo. Um *tweet* de Flávio Bolsonaro, reforçando sua confiança em Queiroz, ilustra essa parte da matéria.

Tabela 1 – Análise de Enquadramento da notícia “Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”, do Jornal BBC

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
<p>Pedido da defesa de Flávio Bolsonaro para que as investigações que envolvem o ex-assessor Fabrício Queiroz saíssem da primeira instância e fossem julgadas pela Suprema Corte foi negado pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello.</p> <p>O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) produziu relatório de inteligência financeira sobre pessoas ligadas à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, entre elas, Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro. Queiroz é amigo da família Bolsonaro, além de ser motorista e segurança de Flávio. A investigação ocorre sobre movimentações financeiras consideradas atípicas pelo valor incompatível com os salários dos envolvidos.</p>	<p>Negativa do pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro para a mudança de instância de investigação referente a movimentações bancárias atípicas realizadas pelo ex-assessor Fabrício Queiroz, sob pretexto do foro privilegiado parlamentar. / Reversão da suspensão das investigações do caso determinada pelo ministro Luiz Fux.</p> <p>Rejeição, por parte do STF, do pedido de mudança de instância e sigilo do processo feito pelo senador.</p> <p>A defesa de Flávio Bolsonaro alega que a quebra do sigilo bancário foi realizada após a eleição como senador, o que seria prática ilegal. / Marco Aurélio Mello argumenta que o princípio da administração pública é a publicidade e que não há razão para sigilo.</p> <p>A defesa de Flávio Bolsonaro sugere que a aplicação do foro privilegiado deve ser analisada caso a caso e não apenas nos casos em que a acusação ocorre durante o mandato parlamentar atual.</p>	<p>Ainda que Flávio Bolsonaro não seja formalmente investigado na esfera criminal pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, o senador recorreu ao STF por se considerar “alvo efetivo dos investigadores estaduais”, motivo pelo qual recorreu ao foro privilegiado devido ao cargo como senador.</p> <p>Flávio Bolsonaro não compareceu ao depoimento que foi convidado a prestar no Ministério Público, logo depois entrou com o pedido ao STF.</p> <p>Mesmo com o argumento da importância da “Publicidade” de Marco Aurélio Mello, a apuração do caso conduzida pelo Ministério Público ocorre em segredo de justiça.</p> <p>A prática levanta a suspeita de “rachadinha”, ou seja, devolução de parte dos salários pelos funcionários dos gabinetes.</p> <p>O parlamentar afirmava que buscava ter acesso aos autos antes de depor, mas em seguida ele pediu</p>	<p>Não há indicação.</p>



	Movimentação financeira de R\$ 7 milhões entre Queiroz e Flávio Bolsonaro, no período de 2014 a 2017, foi considerada pelo Coaf como incompatível com o salário do ex-motorista e ex-assessor.	a suspensão das investigações ao STF. As faltas de Flávio e Queiroz aos depoimentos ao Ministério Público têm relação com os pedidos ao STF de mudança de instância das investigações.	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria com base em conteúdo da BBC (2022). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47050794>

O Globo

Apesar do título “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”, a reportagem de *O Globo*, publicada em 05/02/2019, tem por foco as eleições de cargos em secretarias e comissões do Senado, as disputas internas entre partidos aliados e opositores, a derrota do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um partido de centro, na disputa pela presidência da casa e a redução do número de cargos obtidos pelos partidos no início do novo mandato parlamentar.

A reportagem começa com destaque a Flávio Bolsonaro, contrapondo a indicação para o cargo de terceiro secretário, com as investigações sobre as movimentações “atípicas” de valores entre o Senador e seu ex-assessor e motorista, Fabrício Queiroz. A indicação foi feita pelo então líder do Partido Social Liberal (PSL, de direita) no Senado, senador Major Olímpio, que afirma ao jornal não ver problemas na indicação. A posição é semelhante à do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do Democratas (DEM), legenda de centro-direita. Logo no início ressalta que “o posto também garante status e cargos comissionados” (O GLOBO, 2019), colocando “status” e “cargos comissionados” no mesmo patamar que a atribuição regimental da secretaria.

O jornal indica aspectos que podem ser considerados favoráveis e contrários ao senador Flávio Bolsonaro. A própria chamada infere que a problemática da indicação seria o desgaste político do senador após as investigações. Já no segundo parágrafo, relembra da decisão do ministro Marco Aurélio Mello em negar a solicitação da defesa de Flávio para que o processo passasse a ser julgado pelo STF. *O Globo* coloca a questão



da seguinte forma: “O ministro Marco Aurélio, do STF, arquivou sem ao menos julgar o pedido de Flávio para que fosse transferida para a Corte a investigação sobre movimentações bancárias” (O GLOBO, 2019). Em seguida, continua: “Marco Aurélio sequer analisou esse trecho antes de arquivar” (O GLOBO, 2019).

No caso, os termos “sem ao menos” e “sequer” indicam juízo de valor e marcas de opinião do veículo. “Sem ao menos” infere julgamento de como algo deveria ser feito, o que pode ser interpretado como uma crítica ao ministro. “Sequer” é advérbio, o que também qualifica ações e, em muitos casos, não é indicado pelos manuais de jornalismo e redação. Trata-se, portanto, de um claro exemplo da ocupação do espaço da justiça pela lógica midiática, onde o jornalista, com suporte do veículo, realiza inferências que moldam a significação desses fatos por parte dos leitores. Ao apontar este elemento, não propomos um entendimento de causa e efeito, como se a afirmação de *O Globo*, por si só, fosse responsável por definir a opinião sobre o caso. Nosso apontamento é feito no contexto das teorias da midiatização a sua característica diferida e difusa de circulação de sentidos. Trata-se de um elemento do enquadramento jornalístico que serve de exemplo no contexto deste trabalho.



Tabela 2 – Análise de enquadramento da notícia “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”, do jornal *O Globo*

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
<p>Flávio Bolsonaro é escolhido para cargo da terceira secretaria da direção do Senado, ainda que esteja sendo investigado por movimentações bancárias atípicas pelo Ministério Público.</p> <p>Atribuição dos cargos de mesas e secretarias do Senado desagradou o MDB.</p>	<p>O senador Flávio Bolsonaro foi indicado pelo líder do PSL no senado, Major Olímpio, para ocupar o cargo de terceiro secretário. Olímpio não vê problema na indicação, pois Flávio é “um senador pleno, no exercício do mandato”.</p> <p>O presidente do senado, Davi Alcolumbre afirmou que não se opõe à indicação e defendeu que a indicação deve ser feita pelo partido.</p> <p>O MDB pediu, em reunião no Senado, o respeito à proporcionalidade na atribuição dos cargos, o que foi recusado pelo presidente do Senado. Davi Alcolumbre deu preferência aos aliados na atribuição, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Social Democrático (PSD).</p> <p>Conflito pela Comissão de Constituição e Justiça, que foi atribuída ao PSDB: o partido aceita ceder ao MDB, em gesto de conciliação, desde que possam escolher a senadora Simone Tabet (MDB). A ideia, segundo o MDB, vai contra a liberdade de o partido decidir internamente a atribuição do nome para a comissão.</p>	<p>O posto garante status e cargos comissionados.</p> <p>Flávio foi o senador mais votado na última eleição, mas com as acusações do caso Queiroz teve sua imagem desgastada.</p> <p>O ministro Marco Aurélio Mello “arquivou, sem ao menos julgar, o pedido de Flávio para que o caso fosse julgado na Corte”. Por isso as investigações continuam sob comando do Ministério Público do Rio de Janeiro.</p> <p>Flávio pediu a anulação das provas obtidas pelos investigadores. Marco Aurélio “sequer analisou esse trecho antes de arquivar”.</p> <p>Major Olímpio não soube responder quais seriam as atribuições da terceira Secretaria.</p> <p>O MDB reconhece a derrota nas atribuições devido à “circunstância política”.</p>	<p>Indicação de Flávio Bolsonaro ocorre em meio a desgaste de imagem devido ao caso Queiroz.</p> <p>O cargo da comissão de Constituição e Justiça foi cedido pelo PSDB ao MDB, desde que a Senadora escolhida para ocupar o cargo seja Simone Tabet.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em conteúdo do *O Globo* (2022). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mesmo-desgastado-com-caso-queiroz-flavio-bolsonaro-tera-cargo-de-direcao-no-senado-23430818>



Estadão

A reportagem do *Estadão* é uma síntese dos casos judiciais envolvendo Flávio Bolsonaro. Publicada em 22/02/2019, a reportagem “Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da Justiça; veja os casos”, assinala que o senador é suspeito de evolução patrimonial irregular e irregularidades financeiras com os servidores da Alerj, enquanto era deputado estadual.

A matéria tem por objetivo detalhar as investigações e instâncias de acusação e elucidar o andamento dos processos. O gancho da reportagem é sobre a negativa da Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, em conceder foro privilegiado aos investigados.

De forma geral, a reportagem do *Estadão* busca manter certo padrão de neutralidade jornalística. Não há uso de adjetivos ou inferência de juízo de valor sobre as acusações contra Flávio Bolsonaro. A seleção da foto, no entanto, mostra o filho do presidente em entrevista, com as mãos à cabeça e com aparência de preocupação. O Jornal atribui todas as afirmações a fontes, geralmente dados públicos sobre o processo e onde tramitam. Além disso, é nítido o cuidado com os termos que foram utilizados. Por se tratar de investigações, o jornal apela para conjugação verbal em modo condicional e uso de termos como “possível”, “supostamente”, “teriam”.

Por outro lado, a reportagem se restringe a uma esfera factual da questão, deixando de usar outras fontes e recursos como entrevistas com os suspeitos. Com exceção do Caso Queiroz, em que o jornal cita os valores das suspeitas, as investigações são resumidas em poucas linhas e de maneira vaga, sem referências históricas, fontes especialistas, correlações interpretativas ou explicações sobre o caso em si. Não se sabe quais imóveis e negociações são fruto de investigação nem com quem a aquisição foi realizada.

A reportagem do *Estadão* dá consistência ao clima de escândalo político-midiático ao produzir um compilado de todas as acusações contra Flávio Bolsonaro. Trata-se da reconstrução, do reforço e da noticiabilidade dos casos sem necessariamente trazer um elemento novo. A simplificação dos casos também é notória, com redução da crítica e construções complexas associadas às questões levantadas.



Tabela 3 – Análise de enquadramento da notícia “Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da Justiça; veja os casos, do jornal Estadão”.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da Justiça.	<p>Flávio Bolsonaro é suspeito de evolução patrimonial irregular através da compra e venda de imóveis.</p> <p>A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, definiu que as investigações no âmbito criminal devem ocorrer sem o direito do Foro Privilegiado.</p> <p>Suspeita de aumento patrimonial exponencial e de negociações relâmpago extremamente lucrativas. / Investigação no Ministério Público Federal.</p> <p>Investigação por aumento patrimonial e declarações de imóveis com valores abaixo do real. Possível lavagem de dinheiro. / Investigação na Procuradoria Regional do Rio de Janeiro.</p> <p>Movimentações financeiras por parte dos funcionários da Alerj. Suspeita de devolução de parte dos salários de assessores por intermédio de Fabrício Queiroz (Caso Queiroz). / Investigação Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.</p>	Não há indicação de argumentos.	Sem indicação.

Fonte: – Elaboração própria com base em conteúdo do Estadão (2022). Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,flavio-bolsonaro-e-investigado-em-tres-esferas-da-justica-veja-os-casos,70002731355>

El País

A reportagem do *El País* é a mais reflexiva e argumentativa de todas as analisadas. A notícia não é apenas sobre o Caso Queiroz, apesar de este ter destaque, mas sim sobre os casos de corrupção que envolvem os primeiros meses do governo e os conflitos internos do PSL. O título “Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco



ao PSL e complica Bolsonaro”, publicado em 24/02/2019, trata de uma reportagem densa sobre o que o veículo chama de crise.

O jornal defende que há uma crise no governo gerada pelas denúncias de aliados do presidente, e somadas aos desdobramentos do Caso Queiroz, de que o PSL teria usado recursos públicos para candidatos de fachada durante as eleições de 2018. No momento da reportagem, um assessor de Flávio acabava de admitir em depoimento que devolvia dois terços do salário na conta do assessor Fabrício Queiroz. Na mesma semana, foram divulgadas mensagens do Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, cobrando devolução de verba do fundo partidário de uma candidata à deputada pelo PSL. A ex-candidata em questão, Cleuzenir Barbosa, admitiu em depoimento a devolução de R\$ 60 mil para o irmão de um assessor do ministro.

Na avaliação do *El País*, os casos “fecha[m] o cerco do PSL” no que o jornal chama de “crise das candidaturas laranjas” (EL PAÍS, 2019). A primeira parte da reportagem é dedicada a analisar questões do PSL. O jornal se baseia em dados, depoimentos e falas do próprio Ministro do Turismo na defesa de sua tese. O jornal também cita a demissão do ministro Gustavo Bebianno, que à época foi presidente do PSL, após discussão pública com Carlos Bolsonaro. O jornal classifica o ex-ministro como “peça fundamental para a eleição do presidente” (EL PAÍS, 2019).

Na sequência, o jornal destaca o gasto de R\$ 268 mil de duas candidatas do PSL entre os dias 5 e 6 de outubro para a confecção de mais de 10 milhões de panfletos eleitorais. Uma das candidatas, Gislani Maia, foi a única a receber verba do partido pelo Ceará tendo gasto todo o valor em duas gráficas privadas.

Trata-se, portanto, de mais uma matéria que cria o clima de “crise” e com a construção de sentido que cria o sentimento de escândalo político. O *El País* reúne todos os elementos contra um partido específico numa matéria que já possui a premissa estabelecida contra o partido de Bolsonaro e seus correligionários. Ao chamar de “candidatos laranja”, o veículo contribui para a nomeação do escândalo e a simplificação do caso com um termo popular e de fácil assimilação.



Tabela 4 – Análise de enquadramento da notícia “Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro”, do El País.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Denúncias envolvendo correligionários de Bolsonaro, membros do PSL e seu filho, senador Flávio Bolsonaro, complicam o governo.	<p>Denúncias envolvendo suspeitas de crime eleitoral e desvio de dinheiro do fundo partidário por parte de candidatos do PSL e agravamento do caso envolvendo Flávio Bolsonaro trazem desgastes e complicações para o governo. / Crise das candidaturas laranja</p> <p>Suspeitas de desvio de recursos públicos via fundo partidário envolvendo candidatos, Ministro do Turismo e presidente do PSL.</p> <p>Jair Bolsonaro não fez comentários públicos sobre as questões, mas demitiu o ministro Gustavo Bebianno, presidente do PSL à época das eleições.</p> <p>Suspeita de que funcionária de campanha de Flávio paga com dinheiro da Alerj se soma às atuais denúncias do Caso Queiroz.</p>	<p>Casos geram “crise dos candidatos laranja” que atinge diretamente o presidente Jair Bolsonaro.</p> <p>Verbas desviadas teriam ido parar na conta de empresas ligadas aos assessores do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.</p>	Sem indicação.

Fonte: Elaboração própria com base em conteúdo do El País (2022). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550852331_045158.html

Folha de S. Paulo

A matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* no dia 22/02/2019, intitulada “Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”, aborda o depoimento prestado por Agostinho Moraes da Silva, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, durante o mandato como deputado estadual na Alerj. Segundo a reportagem, Agostinho teria afirmado a investigadores do Grupo de Atribuição Originária Criminal (Graocrim) que depositava dinheiro na conta de Fabrício Queiroz devido a investimentos realizados pelo ex-motorista que rendiam até 18% ao mês. A versão vai ao encontro da defesa do senador, uma vez que o próprio Queiroz afirmou em entrevista ao SBT que realizava negócios com compra e venda de veículos.



A *Folha* faz questionamentos críticos com a versão apresentada pela testemunha, comparando com outras situações e informações existentes sobre o caso. O jornal expõe alguns dados, como o salário de Agostinho na Alerj e na Polícia Militar, para apresentar contrastes e levantar suspeitas. Também lembra que não é apenas o valor das transações que chama atenção, mas a forma com que elas eram feitas, já que foram entregues em espécie e em datas próximas ao pagamento dos funcionários da Alerj. Ao todo, a investigação referencia cerca de R\$ 1,2 milhão em transações consideradas atípicas. No geral, é possível notar ponderação por parte da reportagem, ainda que seja claramente desfavorável a Flávio e que dúvidas sobre o depoimento e as informações públicas disponíveis sejam lançadas pelo jornal.

A apresentação dos dados de rendimento dos “investimentos” de Queiroz também revela mecanismos de como os sentidos da mediação circulam. A notícia da *Folha* se insere no contexto de estopim do caso de corrupção, já em seu processo de transformação do escândalo. Ao indicar a margem de lucro de possíveis negócios ilegais legados a família Bolsonaro, publiciza aquilo que o corruptor busca manter oculto.

Tabela 5: Análise de enquadramento da notícia “Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”, da *Folha de S. Paulo*

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Agostinho Moraes da Silva, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, confirma em depoimento que a transferência para Queiroz se tratava de investimentos.	<p>Agostinho corroborou em depoimento a versão de Flávio e Queiroz no depoimento. / Contribui para estratégia da defesa.</p> <p>Faltam informações mais precisas no depoimento. Há fatos não explicados. / Pode reforçar suspeitas.</p> <p>Valor que Agostinho declarou de lucros com investimentos em negócios com Queiroz é de 18%, o que é considerado alto.</p> <p>Deponente afirmou que prática não era obrigatória e que não acredita que Flávio soubesse da prática.</p>	A prática conhecida por “rachadinha” é comum nos gabinetes e vários servidores estão sendo investigados, porém somente Agostinho resolveu falar.	Sem indicação.



Fonte: Elaboração própria com base em conteúdo da *Folha da S. Paulo* (2022). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/ex-assessor-de-flavio-afirma-que-investimento-de-queiroz-rendia-ate-18-ao-mes.shtml>

Uma análise, à guisa de conclusão

Este estudo buscou compreender a atuação jornalística na cobertura inicial do “Caso Queiroz” de forma situada ao conceito de midiaticização e à construção de sentidos que transformam o caso de corrupção em escândalo político-midiático, à luz da pesquisa empírica com ferramentas da metodologia de análise de enquadramento.

Não se trata de um artigo sobre a cobertura completa da imprensa ou de um veículo específico sobre o caso, o que demandaria a coleta de um material em larga escala, mas sim de uma análise do processo de midiaticização de um caso de corrupção política em seu início e as relações conceituais que podem ser feitas a partir dele. Explorou-se, portanto, um recorte do processo midiaticizado de criação do escândalo político pelos maiores veículos impressos do Brasil, notadamente o “Caso Queiroz”, o primeiro a atingir a família Bolsonaro após as eleições presidenciais de 2018.

Ao longo da análise, foi possível notar o surgimento de termos de fácil assimilação como “rachadinha”, “crise das candidaturas laranja”, “movimentações atípicas”. A produção desses termos é crucial para a criação de um clima de crise. Não se trata de um julgamento de valor ou da determinação se houve ou não corrupção no caso analisado, tarefa que cabe aos juristas e cientistas do direito público. No entanto, a contribuição deste trabalho se revela no sentido de compreender um mecanismo relacionado à construção social das representações da corrupção política a partir do jornalismo. Ou seja, nosso interesse de investigação foi a poética jornalística que se desdobra no processo de inflamação da esfera pública e as conversações cotidianas sobre a midiaticização de um caso de corrupção política e sua característica midiaticizada a partir de um caso de grande relevância nacional.

É tido como dever dos veículos jornalísticos a denúncia, a investigação e a visibilidade dos casos de corrupção, sendo eles fundamentais para a construção social do escândalo (SCHUDSON, 2004). No entanto, essa construção também está condicionada a uma lógica maior que diz respeito à formação da opinião pública sobre os casos a partir de enquadramentos simplificados, feitos de forma apressada e, por vezes, instigando uma reação imediata que vai de encontro ao tempo das instituições,



muito mais demorado e complexo. As análises científicas de casos de corrupção pelas ciências de interesse são publicadas meses e até anos, como é o caso deste artigo, após os acontecimentos. A nível jurídico, chegamos em 2022 sem resolução do caso e as últimas notícias sobre o chamado “Caso Queiroz” datam de 2020. No entanto, não é papel do jornalismo seguir a lógica das outras instituições, ainda que por vezes a imprensa faça julgamentos precipitados e direcione as demais lógicas no processo de midiatização das instituições (STROMBACK, 2008). A imprensa se ocupa do cotidiano, do dia a dia da vida e a midiatização, as interações sociais decorrentes da visibilidade conferida pela mídia extrapolam a própria atuação jornalística, em um processo diferido e difuso de acontecimentos e desdobramentos complexos (BRAGA, 2006).

Com relação ao processo de transformação de um caso de corrupção em escândalo, isso só pode ser feito a partir de apelos à dimensão sensível e às emoções, em um processo que está além da dimensão jornalística. Maia (2016, p. 61) afirma que “à semelhança de qualquer outro processo comunicacional, o discurso midiático não se apresenta verdadeiramente objetivo nem isento relativamente ao objeto que se mostra”. A autora evidencia, ainda, que sempre há uma perspectiva com carga de subjetividade, com marcas do ponto de vista do autor e do veículo. É nesse sentido que destacamos a importância de pesquisas que se apropriem da teoria da midiatização no aprofundamento de análises relacionadas ao jornalismo, à corrupção política e que contribuem na investigação sobre a estruturação de outras esferas a partir de uma lógica midiática. Destacamos ainda a necessidade de compreensão do jornalismo de formas que vão além dos fundamentos profissionais, mas sim enquanto prática humana situada em um local no espaço, na história e a partir de ordens ideológicas e epistemológicas que têm como base formações culturais.

Por fim, ressaltamos que o *modus operandi* do jornalismo brasileiro frente a casos de corrupção política ainda está muito aquém da produção de conhecimento necessária para o entendimento público acerca das estruturas corruptoras brasileiras. A personificação ainda impera e o problema ainda é colocado como caso isolado, fruto da vontade individual de políticos e não um problema histórico-estrutural, que de fato deve ser entendido dessa forma. Trata-se da mera acusação, de um modelo que privilegia a criação do escândalo que produza audiência em detrimento de uma



compreensão cautelosa, analítica e bem embasada do problema. Destacamos a completa ausência, em todas as matérias analisadas, de fontes especialistas, de pesquisadores, de matérias que buscassem compreender as questões de forma ampla e estrutural.

Dessa forma, compreendemos que esta análise não se encerra com esse artigo. Ele se posiciona como parte do debate sobre a midiaticização da corrupção política e traz elementos sobre o Caso Queiroz que podem ser desenvolvidos a partir de novas pesquisas empíricas. Notamos, por exemplo, o posterior silêncio dos veículos sobre o caso, ainda que ele esteja correndo na justiça em diversas instâncias. Também há de se pensar as estratégias dos políticos para a descredibilização da imprensa, os dispositivos emocionais de interpretação e assimilação dos acontecimentos políticos por parte dos cidadãos, os processos de conversação, o peso da propaganda política nos contextos midiaticizados, entre tantos outros objetos pertinentes. A estes e outros fenômenos, devemos permanecer atentos e produzir novos estudos a partir de diversas perspectivas teóricas e matrizes conceituais.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIDARRA, Beatriz Soares. **Geopolítica de comunicações, soberania e integração na América do Sul: a UNASUL em el país Brasil e BBC Brasil**. 2020. Dissertação de Mestrado. Beatriz Soares Bidarra.

BRAGA, José Luiz. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

CUNHA, Isabel Ferin. Da 'desdemocratização' da Europa: democracia, media e corrupção política. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, 2015.

FAUSTO NETO, Antônio. A midiaticização jornalística do dinheiro apreendido: das fotos furtadas à fita leitora. **La trama de La comunicación**, v. 12, p. 117-132, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008.



FAUSTO NETO, Antonio. Mídiação da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo significante. **Mediação & Mídiação**. Salvador: EDUFBA, p. 297-322, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston, Northeastern University Press, 1986.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

JOHNSON, Telma Sueli Pinto; LEAL, Paulo Roberto Figueira. O jornalismo da edição brasileira do El País no contexto da oligopolização midiática: dissonâncias entre percepção do público e autoposicionamento. **LÍBERO**, n. 43, p. 14-28, 2019.

LIMA, Venício Artur. Mídia: crise política e poder no Brasil. **Perseu Abramo**, 2006.

LUVIZOTTO, C. K.; ZANETTI, L. A. . A influência de notícias nos ambientes informais de deliberação: o contexto em Portugal. In: **Encontro da Compós 2019**, 2019, Porto Alegre. Anais da Compós 2019. Porto Alegre: PUCRS., v. 1. p. 1-29, 2019.

MAIA, Antonio J. A corrupção como notícia - os atos judiciais mediatizados nos casos Freeport, BPN, Face Oculta e Submarinos. CUNHA, Isabel Ferin; SERRANO, Estrela. **Media, Corrupção Política e Justiça**. 2016.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e trocas públicas de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**: no 2, p. 303-340, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”, in A. A. C. Rubim (org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

POZOBON, Rejane de O. SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras: estudos midiáticos**, vol. 16, no. 3, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e mídiação da política. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 181-221, 2004.

SANGIRARDI, Pedro; SANGLARD, Fernanda Nalon. Campanhas eleitorais on-line: desafios na inserção de candidatos na ágora digital | On-line election campaigns: challenges to candidates' insertion in the digital agora. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 1, 2014.

SCHUDSON, Michael. Notes on scandal and the Watergate legacy. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 9, p. 1231-1238, 2004.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228–246, 2008.

THOMPSON, John. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.



THOMPSON, John. B. The new visibility. **Theory, culture & society**, v. 22, n. 6, p. 31-51, 2005.

XAVIER, T. J. Redações desterritorializadas e as possibilidades de modelagem de narrativas objetivas, concretas e factuais. Em: BRONOSKY, M.; CARVALHO, J. (org). **Jornalismo e Convergência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. **Teorias da comunicação**. Presença, 1987.

ZANETTI, L. A.; SILVA, L. B. G.; ALMEIDA, M. C. Deliberação, Jornalismo e Midiatização: uma Análise do Debate Informal sobre o Caso Fabrício Queiroz. In: LUVIZOTTO, C; CUNHA, I. F.. (Org.). **Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais**: Perspectivas contemporâneas da participação cidadã. 1ed.Aveiro: Ria Editorial, 2020, v. 1, p. 172-192.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.